



LEITURA E ESCRITA NO BRASIL DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA E IMPERIAL: algumas transformações culturais e educacionais¹

Sandrelli Passos dos Reis

Mestranda em Estudos Linguísticos e bolsista CAPES

UFG

sandrelipassos@hotmail.com

RESUMO

Este artigo propõe fazer uma abordagem histórica sobre práticas de leitura e de escrita no Brasil tanto no período de colonização portuguesa, como no período imperial. De início apresentam perspectivas que concebem a leitura e a escrita como um acontecimento histórico em que os sujeitos se constituem pelo discurso e pelas suas ações de leitura, de escrita e de produção de sentidos em contextos socioculturais distintos. O estudo se expande e aponta transformações significativas causadas pela vinda e controle de livros, pelos espaços públicos e privados que foram ocupados pelos impressos, bem como pelos diferentes modos que os textos eram lidos e produzidos mediante as concepções ideológicas de cada período. A circulação de impressos nas capitânicas e nas províncias se efetivou de modo complexo, desigual e paradoxal, pois em algumas houve um acesso maior ao impresso do que em outras. A imprensa, o estado e a escola visavam o desenvolvimento, civilização e modernidade nacional. A leitura e a escrita foram práticas culturais significativas entre as classes sociais, pois foram praticadas não apenas pela elite e pelos eruditos, mas também pelas classes populares, e, em cada parte da região do Brasil, ocorreu uma ordem bem específica e dinâmica de práticas culturais e educacionais de leitura e de escrita.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura e escrita. Acontecimento histórico. Mudanças culturais e educacionais.

ABSTRACT

This article proposes a historical approach to reading and writing practices in Brazil both in the Portuguese colonization period, as in the imperial period. At first presents prospects think of reading and writing as a historical event in which the subjects are constituted by the discourse and their actions reading, writing and production of meanings in different sociocultural contexts. The study expands and shows significant changes caused by the coming and control books, by public and private spaces that were occupied by the printed, as well as the different ways that the texts were read and produced by the ideological conceptions of each period. The circulation printed in the captaincies and provinces was accomplished in a complex way, unequal and paradoxical, because in some there was greater access to the printed than in others. The press, the state and the school aimed at the development, civilization and national modernity. Reading and writing were significant cultural practices between social classes as they have been practiced not only by the elite and by scholars, but also by the popular classes, and each part of the region of Brazil, there was a very specific order and dynamic practices cultural and educational reading and writing.

KEY WORDS: Reading and writing. Historic event. Cultic and educational change.

1. INTRODUÇÃO

¹Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial de avaliação da disciplina Educação Brasileira I, Profa. Dra. Diane Valdez.



Este texto aborda sobre práticas culturais e educacionais de leitura e de escrita no Brasil durante os períodos de colonização portuguesa (1500-1822) e imperial (1822-1889). O trabalho tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica sobre o cotidiano público e privado de leitura e de escrita que contribuíram tanto para a ordem cultural discursiva quanto para a ordem de textos, de impressos e de diferentes modos do ato de ler dos sujeitos durante os referidos períodos.

Essa discussão verifica alguns paradigmas educacionais que permearam tais práticas, as quais nos evidenciam a efetivação da leitura e da escrita em situações distintas. Certificamos que algumas influências culturais e tecnológicas provocaram mudanças no processo histórico-social do ato de leitura e de escrita em determinadas regiões brasileiras, como por exemplo, na região de Goiás. Este aporte teórico foi fundamental para que possamos construir uma melhor compreensão sobre o contexto contemporâneo de leitura e de escrita, o qual não limita mais ao suporte impresso, mas, também, ao suporte digital.

A princípio, esclarecemos que as práticas de leitura e de escrita são acontecimentos históricos atravessados por mudanças que englobam ações de produção, de circulação e de apropriação de textos materializados em diferentes suportes tecnológicos. Portanto, o autor e o leitor são reconhecidos como participantes de uma dada comunidade letrada devido aos modos que se apropriam dos textos.

Justificamos que este texto resulta de nossos estudos de autores do campo da história educacional e cultural brasileira que foram realizados durante a disciplina de História da Educação I. Diante de nossas intenções de pesquisa, esclarecemos que estabelecemos relações entre esse estudo e outros estudos sobre ensino-aprendizagem de língua(gem) sob o prisma dos fundamentos socioculturais. Portanto, certificamos que os conhecimentos adquiridos por meio deste trabalho, foram fundamentais para que pudéssemos dar uma consistência teórica à nossa pesquisa no que tange ao interesse que tivemos em realizar uma descrição das práticas de leitura, de produção e circulação de textos e de modos de leituras dos sujeitos no Brasil de colonização portuguesa e imperial. Dessa forma, acreditamos que, uma maneira de melhor compreender o



cotidiano contemporâneo de leitura e de escrita de nossa sociedade, é buscar na história indícios que evidenciam as mudanças que se efetivaram no percurso social e educacional dessas práticas tanto num contexto nacional quanto num contexto mais local.

Este artigo está estruturado em quatro tópicos: o primeiro tópico aborda a *leitura, o leitor e o discurso*, a partir dos autores Manguel (1997), Eco (1986), Certeau (2005), Chartier (1990/2009/ 1998), Orlandi (2012). Acrescentamos ainda a colaboração dos estudos de Lopes e Galvão (2001), as quais defendem que devemos estudar a história da educação na sua amplitude e na sua complexidade tanto do passado como do presente. Logo, verificar as dimensões educativas da sociedade no âmbito da escola, dos paradigmas de ensino, dos sujeitos e de suas práticas culturais que passam por transformações nos ajuda a compreender as transformações que ocorreram no processo educacional no decorrer dos tempos.

O segundo tópico, intitulado *A chegada dos primeiros livros e a constituição das bibliotecas do Brasil de colonização portuguesa* analisa alguns aspectos históricos das práticas culturais, de leitura e escrita no Brasil que correspondem ao período da colonização portuguesa. Iniciamos com o século XVI, contudo, o nosso foco maior é no século XVIII, pois os estudos de Gongra e Schueler (2008), Villalta (1997), Schwarcz (2002), Wehling (2004), Jancsó (1997) nos proporcionaram um entendimento sobre a chegada dos livros, periódicos e formação de bibliotecas.

O terceiro tópico *Instrumentos institucionais e mudanças do cotidiano cultural e educacional no Império brasileiro* é uma extensão da discussão anterior. Vozes como a de Alencastro (1997), Azevedo (1996), Faria Filho (2000), Villela (2011) e Valdez (2004/2006) também confirmam mudanças significativas ocorridas na sociedade imperial brasileira que foram interpeladas por instituições como imprensa, escola e estado; as especificidades e desigualdade do contexto paradoxal, complexo dos campos social, político e escolar das províncias; o aumento de circulação de impressos e ideias revolucionárias de civilização, nacionalidade e progresso. E para finalizar, o último tópico *O cotidiano da sociedade goiana: leitura e escrita na e fora da escola* focaliza com mais especificidade o cotidiano escolar e não escolar de leitura e escrita da



província de Goiás, atentando para as singularidades apresentadas pelos autores Bretas (1991), Garcia (2010), Barra (2011), Abreu (2008) e Prudente (2011).

2. A LEITURA, O LEITOR E O DISCURSO

No processo de produção de impressos evidencia-se uma variação de tipos de suportes proporcionados pela criação e expansão da imprensa. A leitura e a escrita ainda com restrições, dificuldades e desigualdades sociais e educacionais passam a ser praticadas no Brasil. Todavia, com o passar do tempo, os textos materializados em suportes como o livro, o periódico e outros, tomam uma configuração mais moderna e atraente aos leitores.

Entendemos que o uso do livro modificou o ambiente público e privado de seus leitores mesmo que o livro estivesse ausente. Sua circulação colaborou na divulgação de ideias, pensamentos, informações, saberes em diferentes espaços públicos ou privados.

O ato de ler ao mesmo tempo pode ser institucionalizado e subversivo. A história da leitura registra o contrabando e o roubo de livros. Os leitores inventam maneiras de conspirar contra uma ordem discursiva e ideológica quando recriam outras ordens de leitura. Por intermédio da vinda do impresso, de sua circulação ocorreram transformações significativas na colônia e no império brasileiro pela organização de bibliotecas, produções nacionais e, principalmente, pela mudança de atitude e pensamento da sociedade brasileira. O que nos faz concluir que as práticas culturais e educacionais de leitura são ações inventivas dos leitores que estão correlacionadas com os produtores e publicadores de textos que se expandem de forma complexa e paradoxal no ambiente privados e públicos da sociedade brasileira criando assim uma nova ordem social, cultural e discursiva dos atos de leitura e escrita.

Compreendemos a leitura enquanto um ato inventivo do nosso cotidiano. Ler é como um jogo que se constitui historicamente pelas diferentes relações existentes entre os leitores e os textos. Ao atribuírem efeitos de sentidos aos textos, os leitores acabam criando formas contrastantes de leituras como a individual, a silenciosa, a oralizada, a coletiva e a digital. Esta última tem sido muito comum na contemporaneidade.



Segundo Manguel (1997), o leitor motivado por interesses de leituras escolhe tanto o que ler como a maneira que irá ler que poderá ser da privativa à compartilhada. A prática de leitura evidencia como as pessoas leem e como se incluem neste universo de leitores que, inventivamente, vão modificando o ato de ler que passa a ser cumulativo no seu cotidiano, pois a cada leitura nova o leitor faz uma relação com outras leituras anteriormente feitas.

A partir de suas experiências pessoais de leitura, o autor argentino enfatiza que um leitor nunca está sozinho no ato da leitura, pois compartilha o livro com outros leitores. O leitor é quem decifra os signos estabelecidos socialmente e, ao traduzi-los, atribui-lhes sentidos reconhecendo que a leitura e os modos de leitura pertencem a um dado acontecimento histórico em que o leitor é o autor dessa história. O leitor é quem dá significação aos textos que transitam entre diferentes suportes tecnológicos, os quais provocam transformações no próprio ato de leitura. Num sentido metafórico, percebemos que as funções de autor e de leitor se confundem, pois “um autor é um leitor ou um leitor, um autor, considerar um livro como um ser humano ou um ser humano como um livro, descrever o mundo como texto ou um texto como o mundo são formas de nomear a arte do leitor.” Manguel (1997, p.196).

Eco (1986) postula que o texto para não ser esquecido precisa da operacionalização do leitor por meio de mecanismos de cooperação em atualizações, em retomadas, em construção de sentidos dos enunciados. Devido à complexidade do texto, de seus não ditos, o leitor terá que ter competência linguística e contextual necessárias para cooperar na atualização do texto e geração de significados. Um texto poderá gerar infinitas interpretações porque as leituras se cruzam e a cooperação dentro do texto é um “fenômeno que se realiza, [...] entre duas estratégias discursivas e não entre dois sujeitos individuais” (Eco, 1986, p.46).

A leitura é uma prática bastante inventiva, uma aventura não passiva mediante ao meio sociocultural em que, segundo Certeau (2005), o leitor é o aventureiro de caça que, astuciosamente, vai explorando numa viagem com os olhos, desvendando as pistas dentro do texto, fazendo modificações durante a construção dos significados das linhas escritas.



Novas formas de produção vão exigindo diferentes modelos de leituras que organizam as práticas culturais de uma determinada comunidade de leitores. O leitor corre os olhos não mais só no papel, mas também na tela, pois suas informações, textos estão armazenados na memória do computador. As práticas de leituras vão sendo modeladas criando um novo contexto de leitura que vai definindo o leitor contemporâneo e do futuro: o leitor digital.

Em relação aos estudos sobre a história do livro e da leitura, Lopes e Galvão (2001), afirmam que têm destacado três contextos fundamentais inerentes às práticas de leitura: o de produção, o de circulação e o de apropriação. O trabalho das editoras e demais profissionais envolvidos no processo de construção do impresso, tem colaborado para compreendermos os diferentes lugares sociais ocupados pelo texto escrito. Para as autoras, a investigação dos próprios objetos de leitura em sua materialidade, ou seja, a distinção entre texto e impresso tem sido feito por historiadores da leitura, os quais sustentam pressupostos de que um texto não é o mesmo quando se mudam os suportes que os materializa, portanto, a circulação do texto entre os diferentes suportes provoca-lhe mudanças.

O que foi dito nos direciona aos argumentos de Chartier (1990, 1998, 2009): o texto poderá ser o mesmo, mas as leituras que são feitas dele podem ser diferentes porque são mediadas por objetivos, práticas culturais de cada leitor, da comunidade de leitores que ele participa e pelo tipo de suporte que abriga o texto. Para o historiador não existe texto sem um suporte e, quando o texto se transforma em livro impresso ocorrem variações que acabará influenciando na organização das representações figurativas feitas pelo leitor.

Sendo assim, os modos de leitura envolvem dispositivos de produção de livros, dispositivos textuais e dispositivos individuais, culturais e sociais do leitor. No texto está implícito um leitor imaginado pelo autor, mas quando o texto é organizado tipograficamente, as intenções do editor sobrepõem as do autor e, conseqüentemente, a própria edição e a reedição do livro, determinam socialmente diferentes modos de leituras, que poderão até serem os mesmos, mas não asseguram que as capacidades e habilidades dos leitores serão, porque elas variam. Com base



nos estudos de Chartier, as autoras reconhecem que houve uma revolução nos modos de ler na história do mundo ocidental e apontam as causas motivadoras como:

o impacto da intervenção da imprensa, a passagem da leitura extensiva para a intensiva, as consequências da extensão da escolarização e da organização dos sistemas de ensino para as práticas de leitura e, mais recentemente, as repercussões provocadas pelos meios eletrônicos nas formas de ler e na relação das pessoas com o escrito. (LOPES; GALVÃO, 2001. p.60-61).

Ressaltamos que, mais à frente, discutiremos sobre práticas de leitura escolares e não escolares dentro do recorte temporal correspondente ao período da colonização e do império brasileiro, ficando para outro momento de produção o estudo das práticas de leituras mais modernas e contemporâneas como a leitura digital, mencionada anteriormente.

Compreendemos como pertinente neste momento, discorrermos sobre a relação da leitura com o discurso. Para tanto, recorreremos à Orlandi (2012) que, ancorada na perspectiva de Pêcheux (1969), afirma que a leitura é uma prática inerente ao processo histórico e ideológico da significação criada pelas relações entre autor, texto e leitor em contextos determinados. Logo, os sentidos são produzidos em circunstâncias das relações sociais, históricas e de poder. Os modos de leitura e as produções de sentidos tem historicidade garantida por intermédios das práticas de utilização da língua(gem), logo, são “efeitos de troca de linguagem” (ORLANDI, 2012, p.137) entre autor e leitor que não se limitam ao contexto imediato porque são projetados tanto para o passado quanto para o futuro.

O leitor assume uma prática de leitura que é mais ou menos determinada pela exterioridade histórica dos modos de leituras de uma dada ordem social, portanto, ele é afetado pelas relações que tem com o exterior, o que faz com que acabe mudando com o passar do tempo, embora aquilo que ele esteja lendo, continue sendo o mesmo texto.

A palavra é constitutiva do discurso que se materializa verbalmente está inserida num contexto social. O sujeito é reconhecido e se manifesta neste lugar de linguagem que é o discurso. Portanto, os modos de leituras são construídos ideologicamente e, são inventados no cotidiano dos leitores. O sujeito tem um discurso que não é seu e ao pronunciá-lo se constituiu por ele.



Então, o sujeito também se constituiu pelo outro, pois no processo de construção de sentidos ele assume um lugar social de leitura. O leitor ao ler um livro constrói uma ordem de leitura também.

Partindo dos pressupostos acima o tópico seguinte aborda sobre práticas de leitura e escrita enquanto ações constitutivas de mudanças sociais, históricas e culturais que movimentam diferentes usos de suportes tecnológicos no cotidiano social, cultural e educacional da sociedade brasileira, afunilando para o contexto da sociedade goiana. O desdobramento desta discussão desenha uma paisagem histórico-cultural sobre a circulação dos livros nos espaços privado e público, sobre a leitura e suas relações com a escrita; atentando para o que, como e onde se lia; verificando que impressos, produções tipográficas passavam pelos olhos, mãos, corpo dos leitores.

3. A CHEGADA DOS PRIMEIROS LIVROS E A CONSTITUIÇÃO DAS BIBLIOTECAS NO BRASIL DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA.

Villalta (1997) postula que no século XVI, provavelmente, foram os jesuítas que trouxeram os primeiros impressos para a colônia e também foram os primeiros a escreverem textos, cartilhas de catequese, e gramáticas de línguas indígenas para viabilizar o trabalho missionário designado à Companhia de Jesus. Durante a colonização do Brasil os livros que circulavam aqui eram “controlados” pelos representantes do rei de Portugal.

Schwarcz (2002) atribui aos jesuítas o cuidado com os livros vindos de Portugal e o controle do que era permitido ser lido ou não na colônia. A divulgação era mais de livros religiosos, devocionais e de alguns livros clássicos, sendo que esses livros só podiam ser lidos após passarem pela censura. Todavia, o controle fugia a regra quando no campo circulavam obras não autorizadas pelos clérigos da coroa, pois “o território era grande, a curiosidade, maior, e não havia como interditar essa variedade de obras e, com elas, as próprias ideias” (SCHWARCZ, 2002, p.269).

No século XVII, as mudanças sobre o que se lia foram bem tímidas, ou melhor, as poucas bibliotecas existentes neste período ainda continham mais obras de cunho devocional. Contudo, mesmo com a predominância de textos eclesiásticos e o monopólio dos jesuítas que possuíam as melhores livrarias, os acervos vão se expandindo e, no século XVIII, abrem-se espaços



para as leituras científicas e saberes profanos que faziam do livro um atraente universo carregado de ilustrações.

A relação estabelecida entre o leitor e o livro era caracterizada pela prática oral e pela confusão entre o público e o privado, porque “a leitura silenciosa feita em bibliotecas de escolas, conventos ou residências, convivia com a leitura oral, desenvolvida no recôndito dos lares; e, ainda, com a leitura oral pública, realizada principalmente nas igrejas, sociedades literárias e salas de aula” Villalta (1997, p.373-374).

Num contexto social paradoxal e de desnível cultural acentuado se proliferou práticas de leitura das camadas cultas que faziam parte de uma sociedade de considerável índice de analfabetismo. A concentração de livros estava entre proprietários de bibliotecas (padres, advogados e médicos), funcionários públicos e letrados. Portanto, a oralidade e a divulgação da leitura, mesmo sendo restrito a este segmento social, ainda era uma alternativa para quem não sabia ler e escrever ou para aqueles que sabiam a língua portuguesa.

Além de se fazer dos livros, objetos de uso que se dividiam entre leitura religiosa e profana, eram também utilizados como ornamentos que, organizados numa estante, enfeitavam a sala doméstica, proporcionando uma atmosfera erudita e intelectual aos seus proprietários, que faziam deles, “motivo de inventividade [...] usados na sedução e gozo dos prazeres mais íntimos, subvertendo os valores estabelecidos” (VILLALTA, 1997, p.373) pela coroa portuguesa.

Em meados do século XVIII, já não se tinha mais clérigos no controle das leituras que circulavam na colônia. Segundo Wehling (2004), o dispositivo burocrático pombalino conhecido como a *Real Mesa Censória*, tinha como uma das funções censurar e proibir a circulação de livros subversivos que propagavam heresias, credices, textos que satirizavam tanto as pessoas como o Estado. Somente os intelectuais designados a refutar as ideias subversivas contidas nesse tipo de literatura tinham acesso às perversas leituras filosóficas.

Desde o final século XVIII começa a se constituir a elite intelectual da colônia. Tanto a presença quanto a ausência do livro influenciou bastante nas diferentes práticas do dia a dia na colônia. De acordo com Villalta (1997), embora nos ambientes domésticos de mineiros e cariocas



não se percebesse a presença de livros, existiam mobílias como estante, escrivaninha, papelerias e com objetos como tinteiro e pena para escrever dentro de casa. Já nas casas de determinados inconfidentes mineiros poetas, religiosos, não havia um espaço que ostentasse uma biblioteca pessoal, todavia existia ali uma humilde mobília que servia para guardar os livros.

Essa falta de lugar apropriado contrastava com a exuberância de determinadas bibliotecas privadas que tinham mobílias, paredes decoradas com mapas, um grande número de livros, objetos de leitura e escrita de outros clérigos e intelectuais como, por exemplo, a biblioteca de Claudio Manuel da Costa, com “mais de 30% dos livros referiam-se a cânones e ao direito, aos quais se seguiam, primeiro, as obras de literatura – expressando a veia poética do conjurado – e, depois, os dicionários e livros de história, filosofia, política, teologia e escritura santa.” (VILLALTA,1997, p.365).

Jancsó (1997) afirma que os intelectuais do final do século XVIII no Brasil tinham um ambiente privativo que lhes proporcionava mais liberdade. Como havia um interesse informativo sobre o que estava acontecendo no mundo, homens ilustres viajavam para a Europa retornando de lá com livros dentro de suas malas. Muitos desses livros eram proibidos e o público interessado não se limitava à elite, mas também aos “‘pardinhos e branquinhos’[tidos como] gente de pouca valia” (JANCSÓ, 1997, p.403). Ocorria o contrabando de livros e o transporte desse material não resguardava tanto cuidado. Além disso, eram vendidos outros impressos, provavelmente, jornais e revistas nos navios durante as viagens. A circulação de impressos transpõe barreiras e segue um cotidiano indo além-navios.

Os impressos eram escritos em outras línguas como, o francês e o inglês e, na colônia, quem tinha o domínio dessas línguas traduzia livros, trechos importantes, gastava muito tempo copiando manualmente as ideias publicadas para que fossem distribuídas em reuniões de senhores ilustres. Nas bibliotecas de Minas Gerais, os livros eram procurados sem restrições e no Rio de Janeiro, os que eram de domínio da Sociedade Literária eram emprestados, facilitando assim a difusão de discursos liberais e democráticos.



Já na Bahia, os letrados se reuniam para leituras coletivas. Liam cartas, poemas, versejavam, liam-se gazetas francesas e textos que defendiam a liberdade e a vontade de transgredir, conspirar contra o regime vigente. Jancsó (1997, p.414) afirma que “é de notar que os modelos dessas reuniões conspiratórias eram ainda os de letrados, de onde o apego ao texto, trata-se de impresso, manuscrito, de prosa ou poesia, e cujo suporte material era, muito frequentemente, apenas a memória”, o que vem ao encontro com o que Manguel (1997) afirma sobre a função das diferentes leituras como formas de imprimir o texto na memória, pois quando vem à mente do leitor uma leitura de um livro que passou por seus sentidos, ele pode tornar-se o livro que poderá ser lido por ele e por outros leitores. A prática de memorização que no passado era muito comum atribuía à memória do leitor a função de arquivo de textos que envolvia toda uma técnica sensitiva do uso da mente e do corpo.

Expandindo as contribuições teóricas, acrescentamos a relevância histórica da chegada da Biblioteca Real ao Brasil. Segundo Schwarcz (2002), no início de 1800, Portugal enfrentava uma crise, entrou em conflito, principalmente, com os franceses e, devido às ameaças de guerra, a corte real portuguesa mudou-se para a colônia, levando consigo seus documentos, livros e registros históricos. O Brasil passou a ser o porto seguro da coroa lusitana, de seus súditos e seus acervos históricos.

A Real Biblioteca da Ajuda veio sendo transportada aos poucos para o Rio de Janeiro que era a nova sede da Coroa portuguesa. A primeira remessa de códex foram os “Manuscritos da Coroa e uma coleção de seis mil códices que se achavam em um arquivo reservado na Livraria do Paço das Necessidades, em Lisboa” (SCHWARCZ, 2002, p.266). Ficou evidente a preocupação com o transporte dos livros da biblioteca nas atitudes e reclamações do bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos, pois

como profissional que era, queria conservar os livros onde estavam e onde deveriam estar sempre, e não manipulá-los ou expô-los a traslados arriscados daquele tipo. [...], na visão de Marrocos tudo estava errado – a empreitada, a tripulação, as provisões, os instrumentos – e, sobretudo o objetivo maior: trazer a Real para a “bárbara colônia tropical”. (SCHWARCZ, 2002, p.268).



Marrocos estava equivocado. Há um bom tempo, a Colônia já era o cenário de circulação de livros, de ideias, de jornais, de obras proibidas. A elite intelectual fazia suas leituras solitária, silenciosa, coletiva em ambiente familiares, em casa, bares, botequins. No cotidiano da colônia, os livros faziam com que as pessoas sonhassem com “a independência e, à sua maneira, libertavam, mesmo que em local isolado e afastado da Europa Iluminista” (SCHWARCZ, 2002, p.274). Além disso, ocorria a má utilização de determinados livros que, no início do século XIX, eram roubados das instituições religiosas, vendidos para boticários e tendeiros, que faziam das páginas dos livros, papel para embalagem de produtos vendidos.

A Real Biblioteca foi provisoriamente instalada no andar superior do Hospital dos Terceiros do Carmo, no Rio de Janeiro. Por conseguinte, os livros foram tomando esse espaço que acabou sendo adaptado e tornando-se o local oficial para organização e retirada das inúmeras caixas os livros vindos de Portugal. Acervo este que se ampliava com as doações feitas pela elite do governo. A Biblioteca Real ia impondo, cotidianamente, sua existência, que já representava uma vantagem nacional, mesmo que não fosse totalmente pública e não se tivesse o costume de emprestar livros aos leitores. Enfim, D. João VI com os livros pertencentes à Real Biblioteca do Palácio da Ajuda trazidos de Portugal, criou em 1810, a Biblioteca Nacional que só foi franqueada ao público, em 1814. Em relação às demais bibliotecas existentes, a Nacional era uma ostentação pela sua grandeza, variedade e raridade de livros que muito atraía os visitantes estrangeiros (AZEVEDO, 1996).

De acordo com Vilallta (1997), neste contexto de constituição de bibliotecas no Brasil, podemos mencionar algumas obras que circulavam: século XVI: “*Diana*” de Jorge Montemor, *Metamorfoses* de Ovídio, *La nueva ciência*, de Niccolò Tartaglia, Aristóteles, *Discorsi* de N. Machiavelli; século XVII: *O pecador convertido*, do Frei Manuel de Deus, *Horas Marianas*, do Padre Francisco de Jesus Maria Sarmiento, *Crônicas do grão-capitão*, de Gonçalo de Córdova, *Novelas*, Miguel de Cervantes, *Ordenações do Reino* (obra jurídica), *Prosódia* de Bento Teixeira (obra proibida por M. de Pombal), *Tratado Prático de Aritmética*; e no século XIX a circulação de obras se expande não apenas no campo da Filosofia e da Ciência, mas também no da literatura com *Os*



Lusíadas, de Camões, *Marília de Dirceu*, de Tomás Antônio Gonzaga, entre outros. Acrescentamos ainda que, conforme aponta Azevedo (1996), foi por intermédio da Imprensa Régia que começou a circular os primeiros textos literários nacionais como, as poesias líricas de Tomás Antônio Gonzaga, o poema de Basílio da Gama, as obras Visconde de Cairu e o dicionário Moraes.

O livro ao chegar à colônia pelo meio legal ou pelo meio clandestino, provocou mudanças nas práticas culturais dos colonos, pois o interesse pelos livros, o prazer de sonhar, a curiosidade de se aventurar pela leitura ou pela cópia, tradução manuscrita de ideias, pensamentos e acontecimentos, fizeram com que o cotidiano das pessoas fosse adquirindo outros contornos. As práticas de leitura e de escrita se expandindo e a circulação dos livros já não se podia mais conter. O livro passou a ocupar e ter espaço nas estantes domésticas, nas malas dos viajantes, nas mãos de pessoas religiosas, nas mãos de pessoas de muita ou pouca valia. O livro também passou pelas mãos daqueles que faziam de suas páginas papel de embrulho. Portanto, a circulação de livros no Brasil foi significativamente importante na constituição histórico-cultural do Brasil de colonização portuguesa. O próximo tópico expande a abordagem teórica e apresenta acontecimentos históricos que mobilizam outras mudanças culturais no período do Império Brasileiro.

4. INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS E MUDANÇAS DO COTIDIANO CULTURAL E EDUCACIONAL NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Sabemos que as marcas históricas brasileira do século XIX foram feitas por acontecimentos como: elaboração da Constituição Nacional (1824), a substituição do trabalho escravo pelo assalariado, a motivação do processo de industrialização nas províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a influência de pensamentos e de ideias das culturas europeias sob a aristocracia intelectual, que passa a investir na formação secundária e superior de seus filhos, o desenvolvimento da imprensa impulsionando o aumento de circulação de periódicos como, revistas, jornais e outros nas províncias. Todavia, é importante destacar que as mudanças causadas por esses acontecimentos históricos se efetivaram de maneira desigual e lenta. De antemão, vale salientar que tais mudanças não se concretizaram em todas as regiões do país.



Sobre os meados do século XIX do regime imperial, Alencastro (1997) interpreta da seguinte forma: era presente no meio da corte do Rio de Janeiro estrangeiros e profissionais vindos da Europa com ideias e costumes bem diferentes dos aqui encontrados. E com a grande influência de consumo e de comercialização de produtos industrializados, o cotidiano social do Império sofreu grandes modificações. As classes da elite burguesa foram influenciadas pela cultura mercadológica de consumo europeia e se tornaram consumidoras de produtos importados da Europa. Foram importados ao Brasil, joias, ouro, relógios, charutos, acessórios de beleza, roupas, mobílias, máquinas de costura, pianos, cavalos de raça e, para atender a erudita classe de homens e mulheres letrados (as), também chegaram até aqui livros, jornais de editoração parisiense. Todavia, estes últimos não impediam que a imprensa local,² as gazetas tivessem mais espaço e força publicitária de propagandas dos produtos importados.

O estudo realizado por Alencastro (1997) também evidencia que, por meio da leitura de anúncios, folhetins, jornais, cartazes, livros, revistas, a elite ia se afrancesando. As inovações tipográficas foram ampliadas e aprimoradas, pois o *Jornal das Famílias* era impresso com publicações de imagens coloridas francesas e contos de Machado de Assis; a revista *O Brasil Musical*, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro circulava por diferentes províncias com publicações de peças para canto, teatro, músicas, modinhas, polcas para festas carnavalescas.

O historiador também descreve que o trabalho de impressão motivado pelo alto índice de epidemias, doenças, grande número de mortalidade infantil, estendeu-se ao campo da medicina preventiva, a qual se associou à homeopatia. De maneira representativa foram publicados no período imperial os *Annaes da Medicina Brasiliense*, livros de anatomia, atlas e manuais sobre a gravidez e o parto como *O Manual da parteira ou Pequena compilação na arte de partejar*. Os livros importados eram traduzidos num estilo de linguagem mais familiar para que os leitores do império tivessem acesso a uma instrução preventiva sobre a saúde e cuidados com o corpo. Além disso, foram publicados manuais médicos instruindo os fazendeiros no tratamento de

²Conforme Azevedo (1996), a Imprensa Nacional originou-se pela fundação da Imprensa Régia em 1808. Foi o momento de editoração das primeiras obras brasileiras e a criação do *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro*. Antes disso, as notícias vinham das oficinas tipográficas instaladas no Rio de Janeiro.



seus escravos. Sem contar que foi neste período que grandes escritores brasileiros escreviam romances que, muitas das vezes, eram publicados pelas editoras e vendidos por correspondência às províncias do Império como, por exemplo, a obra *Helena* de 1876 do escritor Machado de Assis.

Percebemos que o cotidiano brasileiro passava por transformações que não se limitavam aos campos econômicos, políticas e culturais, mas estendiam-se também ao campo educacional, pois a influência da cultura europeia está presente na constituição do ensino aristocrático que “tendia a separar o menino de seu meio, a afastar o homem das funções uteis, técnicas e econômicas” (AZEVEDO, 1996, p.559) em prol de uma instrução erudita de interesses da elite. E isso reforçava, consideravelmente, o disparate entre a cultura das minorias intelectuais e as demais classes populares.

A perspectiva teórica sobre leitura que perpassava pela ideologia do ensino secundário e superior não possibilitava a criticidades, a experiência e a observação, porque se restringia ao saber enciclopédico de paradigma tradicional, profissional e informativo. Essa dependência à erudição postergava a inserção de mudanças de postura de cunho mais pragmático de construção de conhecimento. O sistema educacional sustentava-se em propostas pedagógicas de ensino superficial, sem solidificação, pois

a escola [...] coopera não só com a família e a igreja, mas com as sociedades culturais, as conferências públicas e as bibliotecas para formar o indivíduo, sujeito às mais diversas influências, ainda episódicas, como a leitura de um grande livro, um contato pessoal fecundo ou uma viagem de estudos, suscetíveis de acelerar o ritmo ou desviar a direção de seu desenvolvimento intelectual. (AZEVEDO, 1996, p.584)

Foi durante o Império brasileiro que surgiu uma preocupação das elites em instruir as camadas inferiores. Era preciso escolarizar a população, portanto, foi necessária a organização escolar institucionalizada. Nas publicações daquela época era possível se identificar a intenção da elite em oferecer às camadas populares população uma instrução elementar restrita a ler, a escrever e a contar (FARIA FILHO, 2000).

A escola, o teatro, os jornais foram instrumentos utilizados na concretude desta proposta civilizatória de educação elementar para uma sociedade em que o trabalho era tido



como um exercício da cidadania, portanto, era o caminho a ser percorrido pelo cidadão de um o país que seguia rumo a uma ordem industrial. A instrução populacional deveria ser uma prática civilizatória comum dentro da escola, porque era o espaço específico e apropriado para a circulação do conhecimento básico por meio da circulação de textos com funções escolares de comunicação e informação.

Entretanto, conforme o autor, não se pode considerar a instrução popular como uma prática civilizatória, porque não foi bem uma tentativa de construção do ideário de nação por diferentes motivos como: a elite intelectual da época respirava as ideias iluministas europeias; a escola pública, assim como as províncias eram marcadas por uma diversidade política, econômica e cultural, portanto não havia uma unidade, e por último, existia uma carência muito grande de recursos humanos e materiais, de investimento nas escolas das províncias.

O ensino era considerado muito dispendioso e, mesmo que surgissem altos investimentos, ainda assim não eram suficientes diante da extensão dos serviços. Havia uma crescente multiplicidade de atos legais, excesso de orientações burocráticas e, além disso, a curta permanência dos representantes políticos da província. A rotatividade da cultura administrativa interferia para que se preservasse a continuidade das políticas públicas, quando se faziam reformas dos serviços de instrução contidos em relatórios como grande feito político-administrativo.

E o que se exigia para instrução escolarizada infantil eficiente? Uma metodologia didático-pedagógica mais moderna que possibilitasse a eficácia do método *intuitivo*,³ que deveria ser subsidiado por melhores condições, recursos, salas de aula e espaços adequados para exposição de textos informativos, cartazes, entre outros. Foi somente no final do século XIX que a

³O que era relevante para este método era a observação, reflexão do tempo de cada aluno, da vida, das coisas, do conhecimento. Os alunos em seu tempo iriam conhecendo, observando seus arredores. Também eram muito utilizadas as ilustrações para que os alunos observassem as coisas, os objetos, enfim, a vida. Conforme Faria Filho (2000, p.143), “a partir do intenso trabalho de produção e divulgação de variados impressos pedagógicos (livros, revistas, jornais) e de crescente refinamento teórico, sobretudo com uma maior aproximação entre os campos da psicologia e da pedagogia, a discussão sobre a pertinência e a forma de se trabalhar com o método intuitivo na escola primária perdurará, no Brasil até os anos 30 do século XX.”



escola passa a ser tomada por material tecnológico como, livros, cadernos, lousa e outros, necessários para a realização das *lições de coisas*.

É pela instrução escolarizada tanto na dimensão pública quanto na privada que se pretendia integrar o país às ideias de modernidade, ou seja, a escola seria a instituição que receberia da criança ao adulto com a função de aplicar uma instrução pautada nos paradigmas de civilidade da cultura europeia. No âmbito do ideal, a nação precisaria de cidadãos polidos e educados bem aos moldes da elite intelectual burguesa, a qual acreditava que desta forma a nação iria desenvolver e crescer.

Já no âmbito dos interesses político e partidário, Villela (2011) defende que o discurso da instrução escolar, era muito difundido porque, como já dissemos anteriormente, representava o caminho para o exercício de cidadania pelo exercício consciente pela votação nas urnas. O povo precisaria ser alfabetizado para que saísse da ignorância e contribuísse com a mudança por uma representatividade eleitoral significativa e necessária para o crescimento nacional. Porém, a realidade brasileira neste período continuou desigual. Diante da situação precária de ensino público - devido aos fatores econômicos, políticos anteriormente citados - existia uma grande desvantagem do ensino público em relação ao ensino privado, que não media esforços para investir no empreendedorismo educacional.

Quanto às práticas de leitura escolar, centravam-se nos clássicos da literatura internacional e as crianças aprendiam a ler em cartilhas rudimentares, documentos de cartórios e cartas escritas por professores e pais de alunos (VALDEZ, 2004). A partir da segunda metade do século XIX àqueles envolvidos com a educação e que faziam parte da elite culta brasileira produziram uma série de livros de leituras que, amplamente, foram adotados nas escolas brasileiras. Valdez (2004) investigou sobre os primeiros livros de leitura de produção nacional de autores brasileiros, em específico, os de Abílio Cesar Borges, o barão de Macahubas. Para Valdez (2006) os livros traziam novas formas idealizadas de um comportamento moralizante e virtuoso como: obediência, amor, verdade, devoção, perdão, humildade, honra, trabalho, higienização do corpo, enfim, atributos imprescindíveis para uma sociedade se tornar civilizada e feliz.



A autora discute sobre a importância que esses livros tiveram como instrumentos escolares utilizados na divulgação e propagação discursiva da nova ordem republicana e nacionalista. Havia uma preocupação estética que procurava inovar enriquecendo os livros com imagens, desenhos, ilustrações coloridas como nos livros *Primeiro, Segundo e Terceiro Livro de leitura* de Felisberto de Carvalho. Além de textos de diferentes áreas do conhecimento, instruções, ensinamento moral, inovações ilustrativas e exercícios, a leitura escolar, por vezes, era uma prática sofrida e torturante, mas fundamental para que o leitor adquirisse habilidades de leitura mais apuradas:

José Lins do Rego, em *Doidinho*, romance autobiográfico que narra sua vivência em um internato no início do século no interior da Paraíba, registra momentos de dor e angústia ao ler, para o seu professor, as lições de um desses livros. Mas, apesar do sofrimento que marcou, no geral, a sua relação com os objetos de leitura escolares, o futuro escritor confessa a ampliação de horizontes proporcionada por eles, fazendo-o conhecer outros mundos e relativizar o seu. (GALVÃO; BATISTA, 1998, p.3 citado por VALDEZ, 2004, p.12).

Isso nos ajuda a compreender que a leitura em voz alta feita pela criança ao professor e aos colegas foi um modo de leitura marcado de muita tensão. Mas que, com o passar do tempo, a relação do leitor com o livro possibilitou o diálogo, proporcionando-lhe maturidade, experiência a cada leitura, bem como a ampliação de seus saberes ao compreender o que leu e correlacionando a leitura com seu cotidiano.

Além das obras de Abílio Cesar Borges e Felisberto de Carvalho, correspondentes ao século XIX, também havia outras publicações, sendo que do século XX como: *Livros de leitura* Puiggari-Barreto, Romão Puiggari e Arnaldo Barreto; *Série Rangel Pestana*, João Kopke; *Leituras infantis*, Francisco Furtado Mendes Vianna; os livros de leitura de Thomaz Galhardo; entre outros (VALDEZ, 2004).

Tais obras podem nos auxiliar na compreensão das práticas de leitura na escola, os discursos presentes nos textos, o que foi dito e o que não foi possível ser dito, as modificações textuais feitas pelos impressores; o tipo de material utilizado na produção dos livros e como eram feitos; os paradigmas de ensino de leitura e escrita, a metodologia didático-pedagógica. Enfim, é uma fonte riquíssima que corrobora uma organização de uma dada ordem política, cultural e



discursiva que fez, historicamente, emergir movimentos complexos e contraditórios, pois “o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu a sua publicação” (CHARTIER, 1998, p.08)

Complementando a discussão, a realidade editorial do Brasil acabou impondo uma competitividade mercadológica entre as editoras e isso, impulsionou o avanço das tecnologias do impresso com a introdução de novos dispositivos mais modernos que possibilitaram ao texto, uma nova configuração com a presença de imagens e figuras coloridas. Valdez nos alerta que seria arriscado afirmar que os livros de leitura infantil eram lidos apenas pelas crianças brasileiras tendo em vista que o conceito de infância não era bem definido neste período.

5. O COTIDIANO DA SOCIEDADE GOIANA: LEITURA E ESCRITA NA E FORA DA ESCOLA

A Província do século XIX configurou-se pela expansão da pecuária e da agricultura. O gado se tornou uma mercadoria que aqueceu a economia do estado. Outro acontecimento importante que interferiu nesse contexto ocorreu no final do referido século, ou seja, com a instituição da República houve o favorecimento da centralização dos poderes econômico e político aos grupos oligárquicos. E, num novo cenário de instalação da República Federativa do Brasil, criaram-se os estados. Conseqüentemente, em Goiás passam a ocorrer eleições influenciadas pelos coronéis, donos de grandes latifúndios.

Quanto à instrução escolar neste momento histórico, vale retomar que no século anterior, ou melhor, século XVIII, com a expulsão dos jesuítas por Marques de Pombal, instituiu-se em 1759 a reforma de instrução pública. A educação passa a ser mantida pelo Rei pelas “Escolas Régias” e somente em 1788, em Goiás surgiram as referidas escolas. Não muito diferente das práticas de ensino das outras capitanias, o que se ensinava nessas escolas eram leitura, escrita de caligrafias, ortografia, noções de sintaxe, as quatro operações matemáticas, ensino religioso e cívico, Latim, Retórica e Filosofia.

Bretas (1991) afirma que era muito dificultoso importar livros impressos e comprar papel para ensinar a escrita de formatos de letras aos alunos. Nem professores, nem pais tinham

condições financeiras, meios de adquirirem tais materiais. O mestre inventava cópias manuscritas de textos de um único livro que possuía e as entregava aos seus alunos para que pudessem fazer as lições. Estes teriam que treinar bastante para escrever corretamente a língua portuguesa. Ter uma boa caligrafia e demonstrar suas habilidades de domínio de diferentes tipos de letras como a letra bastarda, a redonda, a cursiva poderia garantir ao jovem um emprego a serviço da coroa. Portanto, “era qualidade altamente prezada nos Oficiais de Tesouraria e de Secretaria, e sinal de distinção nas pessoas letradas. Se a esta qualidade se juntasse igualmente a boa ortografia e a boa sintaxe da língua, estava completa a formação cultural do jovem”. (BRETAS, 1991, p.73). Isso nos reporta ao que dizem Orlandi (2012), Eco (1997) e Chartier (1997) e, nos ajuda a compreender que, assim como a leitura, a escrita também é um mecanismo, uma estratégia que define a posição que o sujeito ocupa dentro de uma ordem discursiva, social e histórica produtora de sentidos das práticas de utilização da linguagem.

Com o fim das escolas régias na Capitania de Goiás em 1825, o cenário ideológico, político e educacional começou a passar por modificações como, por exemplo, de capitania passou a Província de Goiás. Conforme Garcia (2010), durante o século XIX, os relatórios enviados à Corte pelos governantes da Província de Goiás evidenciam o diálogo entre o local e o nacional. Alguns relatos cristalizavam o discurso de que na província de Goiás reinava paz, harmonia porque o povo era pacífico, o que o diferenciava de povos de outras províncias que se envolviam em situações de conflitos e guerras.

Houve também documentos de presidentes da Província que tentavam convencer a corte sobre a necessidade de integração da parte central às outras regiões do Brasil, pois as dificuldades de isolamento demográfico, de acesso e comunicação impediam o desenvolvimento de Goiás. Era necessário reconhecer o povo goiano como povo brasileiro para que, desta forma, a Província pudesse superar as barreiras de isolamento e correspondesse às exigências de uma política de modernidade e unidade nacional.

Como dissemos anteriormente, as ideias de nação e de modernidade estão relacionadas às ideias educacionais, pois o projeto de instrução pública daria ao povo uma



formação elementar que garantisse um polimento cultural de civilidade necessário para a constituição da nação. Contudo, isso não ocorreu de forma homogênea, ou seja, os projetos de educação e de nação foram bem heterogêneos, porque “a educação foi pensada no plural, como também foram plurais as forças educativas que [...] delinearam iniciativas e constituíram formas e prática diversas para promover os projetos de educação e de nação” (GONDRA;SCHUELER, 2008, p.62).

Segundo Barra (2011), a atuação do projeto de educação dividiu-se em educação elementar para as classes mais inferiores (pobres, índios, vadios, colonos, órfãos) e uma educação mais preparatória para o ingresso de estudantes da elite nos cursos superiores, pois

[d]e um lado, o quase alheamento entre o suposto projeto de certa elite que visava à organização da sociedade goiana, marcada pelo alinhamento com o pensamento que mesclava a instrução em voga na Europa a preceitos da religião católica e, de outro lado, uma população heterogênea e dispersa pela vastidão das terras do sertão goiano. (BARRA, 2011, p.25)

No cotidiano político e social marcado pela rotatividade dos presidentes da província, pelo desejo de uma política aos moldes republicanos, bem como pela dificuldade de acesso em detrimento da grande extensão demográfica, também está implicado a complexa constituição da educação tanto *primária* em Goiás, que não tinha uma clareza na definição de um método, não tinha uniformidade no ensino e muito menos uma proposta de formação de professores; quanto *secundária*, a qual não se diferenciava das demais regiões do país. A formação oferecida pelo Liceu era direcionada para as funções intelectuais e burocráticas que para as práticas e utilitárias.

Barra (2011) ainda afirma que o ensino escolar da língua funcionou como um meio de construção de unidade e identidade da nação, bem como ocasionou uma motivação para a circulação de clássicos da literatura portuguesa. *Os Lusíadas* de Camões percorreram aldeamentos, escolas públicas primárias, colégios militares e o Liceu de Goiânia. Essa leitura veio



agregar-se a outras já feitas na província, pois a imprensa tipográfica⁴ já reivindicava liberdade de expressão desde 1830.

E a imprensa funcionou como um dispositivo para instruir e domesticar o povo a obediência e ao respeito tanto às leis quanto as autoridades. O discurso de modernização era conservador direcionado à instrução ao trabalho, à civilização e, conseqüentemente, à ordem e desenvolvimento da província. Ressalvando que não se demonstrou o interesse dos poderes locais pelas especificidades e diversidade cultural da sociedade goiana.

Quanto ao Gabinete Literário Goiano – formado por homens e pouquíssimas mulheres letradas – assumiu a função de fazer com que circulassem na província impressos como jornais, periódicos, obras científicas, literárias, as quais foram se multiplicando em meados do século XIX na província goiana, o que foi modificando o ambiente de atmosfera erudita dos letrados da época. Segundo Prudente (2011), da lista de 90 associados, 07 eram mulheres que trabalhavam como professora na província. Rotineiramente elas visitavam este universo de impressos, selecionavam, indicavam livros, trocavam ideias, conversavam.

As fontes analisadas por Abreu (2008) registram que o processo de ensino-aprendizagem de leitura e de escrita em Goiás do século XIX estruturava-se pelo sistema de classificação, ou seja, independente de faixa etária,⁵ os alunos eram divididos dentro do mesmo espaço da sala de aula em classes como: os que já sabiam ler, os que liam soletrando, os que liam nomes soletrados, os que liam sílabas, bem como classe dos que já escreviam dos que escreviam o alfabeto, daqueles que já escreviam formatos de letras e dos que não sabiam ainda escrever. As lições eram feitas em papel ao maço com exercícios de cópias de frases em que o aluno deveria adquirir habilidades de reproduzir “o talhe da letra que serviu de modelo” (ABREU, 2008, p.29).

A autora ainda anota que por falta de material didático específico para o ensino de leitura e de escrita, o professor improvisava textos como: cartas, recibos, atestados que serviam

⁴Com base em Barra (2011, p.47) citamos periódicos como *Matutyna*, 1830; *O Correio Oficial*, 1837; *O Goiano*, 1846; *O Tocantins*, 1855-1857; *A Imprensa Goiana*, 1866-1867, *O Cidadão*, 1867; *A Província de Goiás*, 1869-1873; *O Progresso*, 1870-1871 e *Aurora*, 1873.

⁵Abreu (2008, p.18) analisou em mapas de aulas primárias, turmas compostas por 37 alunos no período de 1862 a 1863 com faixa etária entre 08 a 22 anos.



de modelos para que os alunos pudessem fazer suas cópias. Então, o que se lia na escola eram cartas e cartilhas manuscritas pelo professor. O aluno que não conseguia identificar as letras manuscritas em diferentes formas era considerado de pouca leitura. Para que fossem alcançados os objetivos de leitura o material didático utilizado eram cadernos e livros impressos com formas de letras manuscritas. Os primeiros livros de leitura de Abílio Cesar Borges também circularam na província de Goiás, pois a poetisa Cora Coralina retrata em seus poemas, momentos de leituras das lições escolares. Vejamos abaixo um trecho retirado de seus poemas:

[...]

Lia alto lições de rotina:

O velho abecedário,

Lição salteada.

Aprendia a soletrar.

Vinham depois:

Primeiro, segundo,

Terceiro e quarto livros

Do erudito pedagogo

Abílio Cesar Borges –

Barão de Macaúbas.

E as máximas sapientes

Do Marques de Marica

(CORALINA, 2003.p.61-62 citada por ABREU, 2008, p.37).

Além das leituras em voz alta como bem relembrou Cora Coralina, também era comum a leituras compartilhadas sendo que, o mesmo livro, ia passando pelos alunos que iam lendo trechos das lições em voz alta. Essa prática de leitura que vinha ao encontro às necessidades de falta de livros em número suficiente para todos os alunos. Ou seja, quando a escola só tinha um exemplar de determinado livro, ficava a cargo dos professores usarem da criatividade, inventividade produzindo cópias de manuscritos para que todos pudessem acompanhar com os olhos a leitura e, quando isso não era possível, o único livro era compartilhado entre os alunos que intercalavam a leitura. Em suma, por intermédio de Abreu (2008), compreendemos que mesmo



em contextos históricos e locais distintos, as práticas escolares de leitura e de escrita eram bem semelhantes e, nas aulas estava evidente a divisão das classes, as quais correspondiam a diferentes estágios de níveis de leitura e de escrita dos alunos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período colonial existiram práticas educativas diferenciadas entre a população e a aristocracia; e o ensino humanístico dos padres influenciou o cotidiano das elites locais, que tomaram gosto e foram influenciados pela cultura europeia, bem como foram se tornando empreendedores da produção de impressos. A predominância das leituras devocionais dos séculos XVI e XVII abriu espaço no século seguinte para as leituras de textos clássicos. Os livros passaram a circular nas mãos daqueles que tinham o poder privado e público, o que se intensificou com a constituição das bibliotecas e da imprensa.

Possuir livros em casa, saber ler, definia o lugar que o leitor iria assumir na sociedade. Logo, os leitores clérigos, monárquicos e bacharéis tinham uma forte influência político-econômica. Suas reuniões privadas eram momentos em que compartilhavam leituras de textos, trechos, poemas, versos manuscritos, copiados, memorizados. Esse leitor, efetivamente, no ato de suas leituras se constituía enquanto sujeitos do discurso e ocupava um lugar social pelos ditos e modos de dizer o que tinha para dizer. As diferentes formas de leitura e de escrita são construídas ideologicamente em contextos socioculturais marcados por mudanças com mais ou menos liberdade.

Já no período do Império, verificamos que, sobretudo, no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia houve uma produção e circulação de livros, de periódicos que movimentou e transformou o cotidiano das elites eruditas, intelectuais e letradas. Essas tinham o poder de produção, de circulação e de apropriação dos suportes impresso. As práticas de leitura e de escrita foram se expandindo e provocando mudanças significativas nessas regiões durante o século XIX.

Constatamos também que a sociedade brasileira foi influenciada pelo avanço industrial que acontecia na Europa tendo em vista que, as elites burguesas foram grandes comercializadoras e consumidoras de produtos importados, o que esquentou o mercado tipográfico que passou a



investir em máquinas mais modernas com intuito de aumentar a publicação de periódicos e livros. Embora que a educação institucional continuasse desigual devido oferecer ensino secundário e superior para um segmento social de prestígio e instrução elementar para a grande massa populacional, foi um momento marcado pela circulação de impressos principalmente nas províncias já citadas anteriormente.

Os primeiros livros de leitura escolares foram iniciativas de empreendedores do setor privado que investiu na qualificação do ensino com aplicação de métodos mais modernos e investimento de recursos didático-pedagógicos. Constatamos em alguns estudos apontados, que a leitura na escola não estava desconexa com os discursos que circulavam na família e na sociedade, porque já se exigia novas práticas culturais de modernidade necessárias para o desenvolvimento do país. E a leitura e a escrita foram práticas escolares civilizatórias fundamentais para a construção, preparação e desenvolvimento das novas gerações, principalmente, das crianças burguesas.

Em relação ao contexto regional, verificamos que os primeiros livros de leitura chegaram às escolas de Goiás. Todavia, nesse contexto é visível a dificuldade que professores e alunos enfrentaram pela falta de material como livros, cadernos, papel, enfim, falta de material didático básico para os alunos pudessem estudar. Mas isso não foi impedimento para que os professores da província de Goiás recorressem a sua criatividade e inventividade na produção material, na coleta de textos do cotidiano familiar, na cópias manuscrita de lições para os alunos pudessem realizar suas atividades de leitura e de escrita.

Compreendemos que mesmo diante do controle da censura de determinadas instituições, a relação entre o leitor e o texto não se efetivou de forma passiva, pois é formada por ações subversivas. As práticas de leituras foram interpeladas pelo controle do que era e não era permitido ler. A circulação de impressos efetivou-se de forma desigual no Brasil, pois havia capitâneas e províncias que tiveram maior acesso aos livros, periódicos. Já em outras, a chegada e produção desse material foi mais lenta, o que em comparação com as regiões do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, tinham uma acessibilidade menor. Todavia, a leitura era uma



prática cultural expressiva no meio da elite intelectual que acaba se estendendo às camadas populares seja por meio de outros leitores (em momentos de leituras compartilhadas com maior ou menor privacidade), seja pela exposição de textos (anúncios, imagens, impressos publicitários) que circulavam no espaço público das diferentes regiões do Brasil. Percebemos que no decorrer deste processo histórico, houve em cada região brasileira uma dinâmica bem específica das práticas culturais e educacionais de leitura e de escrita. Com isso, foi sendo (re)configurado tanto os modos de leituras quanto a produção de impressos com finalidades e públicos bem distintos. E, conseqüentemente, o conjunto disso tudo, promoveu mudanças e avanços na produção de textos, de impressos, na constituição de bibliotecas, bem como na constituição de sujeitos leitores de suas práticas culturais de leitura e de sujeitos autores de sua própria história de leitura e de produção de sentidos de suas práticas discursivas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, S.E.A. de. O ensino de escrita, do cálculo e da doutrina religiosa nas escolas de Primeiras Letras da Província de Goiás no século XIX. In: *Revista Brasileira de História da educação*, Sete/Dez de 2008, n.18, p.14-48.
- ALENCASTRO, L.F. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.13-93.
- AZEVEDO, F. As origens das instituições escolares. In: AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Brasília: Editora UnB, 1996, p.546-601.
- BARRA, V.M.L. da. Projeto de educação da sociedade goiana do século XIX: possível tradução de um projeto multifacetado. In: BARRA, V.M.L. da. *Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930)*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011, p.21-56.
- BRETAS, G. F. *História da instrução pública em Goiás*. CEGRAF/UFG, 1991.
- CHARTIER, R. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversas com Jean Lebrun/Roger Chartier*. Tradução Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. 1ª reimpressão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- _____. Textos, impressos, leituras. In: *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. M. Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.121-139.



_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2ª edição. Trad. Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

CERTEAU, M. de. Ler: uma operação de caça. In: *A invenção do cotidiano: arte de fazer*. 11ª edição. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p.259-273.

ECO, U. O leitor modelo. In: _____. *Lector in fabula*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p.35-51.

GARCIA, L.F. A província entre a unidade e o isolamento. In: GARCIA, L.F. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia: Cãnone Editorial/Editora PUC-Goiás, 2010, p.107-146.

GONDRA, J. G. & SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

FARIA FILHAO, L. M. de. Instrução elementar no século XIX. In: _____. VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.135-149.

JANCSÓ, István. A sedução de liberdade. In: SOUZA, L.M. (Org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.387-437.

LOPES, E.M.T. & GALVÃO, A.M. O. *História da Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, p.12-115.

MANGUEL, A. A última página. In: *Uma história da leitura* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

WEHLING, Arno. A incorporação do Brasil ao mundo moderno. In: STEPHANOU, M. & BASTOS, M.H. *História e memórias da educação no Brasil – V. I: Século XVI-XVII*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, p.45-55.

ORLANDI, E. *Discurso e Leitura* 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2012.

PRUDENTE, M.G.C. O silêncio no magistério: professoras na instrução pública na província de Goyaz, século XIX. In: BARRA, V. M. L.da. *Estudos de história da educação de Goiás (1830-1930)*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011, p.57-80.

SCHWARCZ, L.M. O destino da biblioteca em terras brasileiras. In: SCHWARCZ, L.M. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa a Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.261-285.

VALDEZ, D. *Livros de leitura* seriados para a infância: fontes para história da educação nacional (1866-1930). 2004. Disponível em <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1218>> Acesso em 10.07.14.



VALDEZ, D. Infância e família nos Livros de leitura do Dr. Abílio César Borges. Revista *Educação e Cidadania*. V. 5, 2006, p.85-93.

VILLELA, H.O.S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E.M.T.; FARIA FILHO, L.M. VEIGA, C.G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: autêntica, 2000, p.95-134.

VILLALTA, L.C. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, L.M. (Org.) *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.331-386.